



A precariedade da saúde das mulheres em situação de cárcere no Brasil

Igor Amorim Amaral¹, Anna Cláudia Lazo², Luisa França de Faria³

Tema de revisão

Modalidade de inscrição: pôster digital

QC22 (código Q para saúde feminina); QP3 (código Q para qualidade na assistência médica); Z10 (código CIAP-2 para problemas relacionados com o sistema de saúde)

Z04 (código CIAP-2 para problema sociocultural)

RESUMO

A população carcerária brasileira apresenta uma taxa de crescimento exponencial, demonstrada pelo aumento em 656% de mulheres privadas de liberdade no período de 2000 a 2016. É notório que essas mulheres em situação de confinamento são mais vulneráveis às doenças do que a população feminina geral. Ao detectar essa fragilidade, em 2014, foi instituída a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE), como expansão do Sistema Único de Saúde, visando garantir a integralidade, a equidade e a universalidade da assistência à saúde. Esta revisão objetiva evidenciar a precariedade das condições de saúde das mulheres no contexto de cárcere no Brasil. Para a estruturação deste trabalho, foram realizadas buscas nas bases de dados *Scielo*, *PubMed* e *BVS*, utilizando os descritores “Assistência Integral à Saúde”, “Prisioneiros” e “Mulheres”. Sendo assim, foram escolhidos 7 artigos em inglês, publicados no período de 2016 a 2020. Evidencia-se que grande parte das instalações carcerárias não possuem alas próprias e equipadas para sanar as necessidades médicas específicas das mulheres, salientado pela escassez de itens básicos da higiene, como absorventes e calcinhas. Para tal fim, o PNAMPE busca adotar procedimentos que humanizem o cumprimento da pena no que tange às individualidades das mulheres, como às questões de gênero, idade, sexualidade, escolaridade e maternidade, que impactam na qualidade de vida e saúde feminina. No entanto, na prática, são perceptíveis obstáculos ao acesso à saúde, devido às dificuldades de dispor um serviço adequado em decorrência da escassez dos recursos, como medicamentos e profissionais qualificados. Nesse sentido, apesar dos avanços da PNAMPE, percebe-se que a assistência à saúde a essa população é insuficiente para garantir o direito à saúde.

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); igoramara167@gmail.com.

² Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); anclazo98@gmail.com.

³ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); luisafariaa@gmail.com.

Conclui-se que é preciso que as mulheres sejam individualizadas dentro do contexto prisional, buscando o cuidado adequado da saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde da Mulher. Direito dos Prisioneiros. Equidade em Saúde. Assistência Integral à Saúde.

REFERÊNCIAS

1. Araújo MM, Moreira AS, Cavalcante EGR, Damasceno SS, Oliveira DR, Cruz RSBLC. Assistência à saúde de mulheres encarceradas: análise com base na Teoria das Necessidades Humanas Básicas. Esc Anna Nery [Internet]. 2020 [cited 2020 Sept 25]; 24 (3). Available from: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000300209&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
2. Santos MV, Alves VH, Pereira AV, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra JVV. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em um presídio do estado do Rio de Janeiro. Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem [Internet]. 2017 [cited 2020 Sept. 25]; 21 (2). Available from: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000200205.
3. Lopes TC, Pinheiro R. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. Physis [Internet]. Outubro 2016 [cited 2020 Sept. 25]; 26 (4): 1193–212. Available from: <https://www.scielo.org/article/physis/2016.v26n4/1193-1212/>.
4. Ahmed RA, Angel C, Martell R, Pyne D, Keenan L. (2015). The Impact of Homelessness and Incarceration on Women’s Health. Journal of Correctional Health Care [internet]. 2015 [cited 2020 Sept. 25]; 22(1), 62–74. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26672120/>.
5. Marcello FC, Silveira AMCR, Lopes DT, Torquato NR, Carneiro LFP. Saúde da Mulher Encarcerada. e-Scientia [internet]. 2019 [cited 2020 Sept. 25]; 12(1):24-27. Available from: <https://revistas.unibh.br/dcbas/article/view/2831/pdf>.
6. Besney JD, Angel C, Pyne D, Martell R, Keenan L, Ahmed R. Addressing Women’s Unmet Health Care Needs in a Canadian Remand Center. Journal of Correctional Health Care [internet]. 2018 [cited 2020 Sept. 25]; 24(3): 276–294. Available from: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26672120/>.
7. Santos MV, Alves VH, Pereira AV, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra JVV. Acesso aos Serviços de Saúde: o que dizem as mulheres privadas de liberdade?. REAID [Internet]. 10dez.2018 [cited 2020 Sept. 25];86(24). Available from: <https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/94>.